



REVISÃO DO
**PLANO
DIRETOR**
PALMAS - TOCANTINS

LEITURA TÉCNICA
DEPENDÊNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS
2007-2016

ANEXO 107

EIXO - FISCAL E GOVERNANÇA

Instituto Municipal de
Planejamento Urbano
de Palmas



DEPENDÊNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS 2007-2016

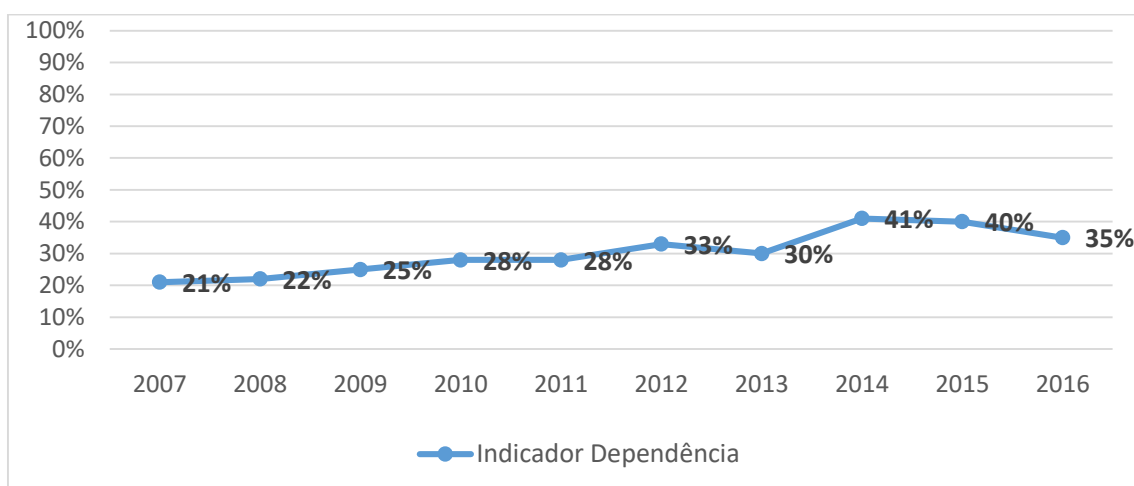
ITEM/SUB-ITEM: 5. Impostos: Autonomia Financeira 5.4. Dependência das Transferências	
TÍTULO DO DADO: Dependência das Transferências 2007-2016	
TÉCNICO/TÉCNICOS: João Marciano Júnior José Augusto Rodrigues Santos Júnior	EIXO TEMÁTICO: Fiscal e Governança

INTRODUÇÃO DO DADO:

Ser capaz de gerar um alto nível de receita própria é uma característica vital para um município que quer colocar em prática projetos de longo prazo sem se preocupar com eventuais choques negativos em suas fontes de financiamento – situações onde o investimento e o primeiro alvo dos cortes orçamentários.

DADOS:

Gráfico 1: Indicador de Dependência (Receita Própria / Receita Corrente Líquida) 2007/2016



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Boletim das Finanças Públicas dos Entes Subnacionais / Superintendência de Planejamento e Modernização Administrativa da Secretaria Municipal de Finanças.

CONTRIBUIÇÕES TÉCNICAS

01	O índice de dependência de transferências, assim considerado através da divisão entre a Receita Própria e a Receita Corrente Líquida, iniciou em 2007 em 21%, chegando a 41% em 2014 e finalizando em 35% em 2016, na última década. Quanto mais próximo de 100%, menor seria a dependência do Município em relação às transferências, tanto pelo desenvolvimento econômico quanto pelo esforço de explorar a base tributária própria.
Referências Bibliográficas: Secretaria do Tesouro Nacional, Boletim das Finanças Públicas dos Entes Subnacionais / Superintendência de Planejamento e Modernização Administrativa da Secretaria Municipal de Finanças.	
02	Dentre os principais problemas para o com volume de receitas próprias dentro do orçamento do município, destacam-se: a) As diferenças entre o tamanho da economia local e o volume de recursos recebidos desestimulam o uso eficiente da capacidade tributária dos municípios; b) Incentiva a despreocupação com a minimização de custos operacionais; c) As oscilações do total repassado pelas demais esferas de governo dificultam a programação das políticas públicas.
Referências Bibliográficas: Superintendência de Planejamento e Modernização Administrativa da Secretaria Municipal de Finanças.	

Palmas, 12 de maio de 2017.

João Marciano Júnior

José Augusto Rodrigues Santos Júnior